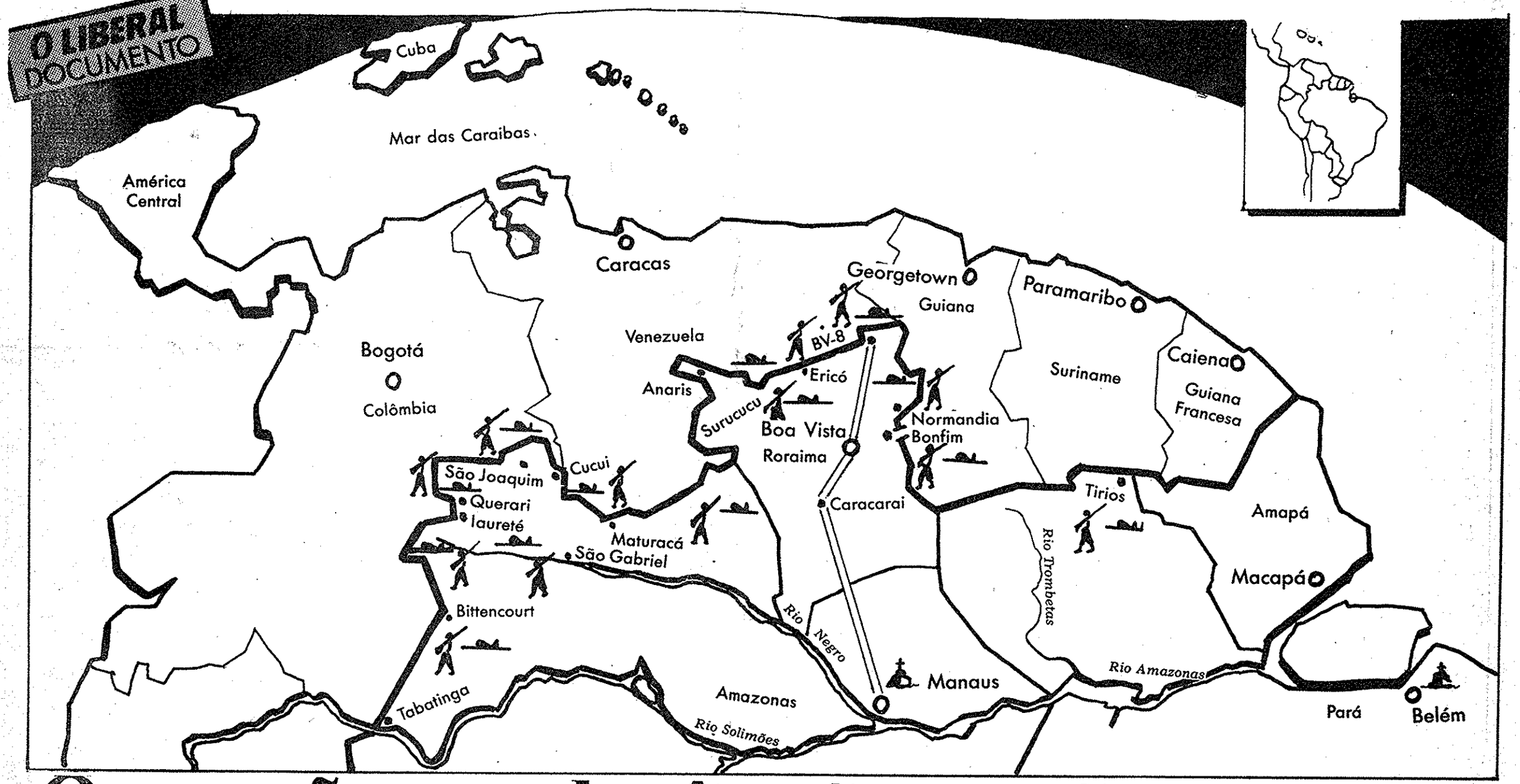
Acervo ISA

LUX - JORNAL RECORTES LTDA

ACNP 0024

O LIBERAL DOCUMENTO



Ocupação e colonização da Calha Norte

Apesar da ambição do projeto, ele acabou se limitando às questões de segurança nacional e, principalmente, à área de fronteiras. Segundo o próprio GTI, a pressa impediu que houvesse um detalhamento maior em relação às ações destinadas à implantação de uma ocupação efetiva, do ponto de vista civil e de desenvolvimento. Segundo o grupo, as ações neste sentido serão detalhadas oportunamente, de forma simultânea ou sucessiva à abordagem pura e simples da segurança nacional. Na verdade, trata-se de ajustar o que já existe estabelecido para a região: para tal o Ministério do Interior deverá adequar suas diretrizes. O que significa que os programas para a área e mesmo as ações isoladas terão que ser permeados pelo componente de segurança, ou, ainda, pela necessidade de apoiar as ações destinadas especificamente à segurança.

É claro o relatório quando traça este envolvimento. Ao relacionar seis áreas em que há necessidade de ação imediata — área dos Yanomami, na fronteira venezuelana; alto rio Negro; Roraima, fronteira com a Venezuena e Guiana; Alto Solimões; Tumucumaque e fronteira do Amapá com a Guiana Francesa — considera o GTI prioritárias as quatro primeiras e diz que, nelas será necessária a ação coordenada de diversos órgãos federais e estaduais, dando-se especial atenção ao momento de entrada de cada órgão estadual. E mais: Entretanto, não apenas as quatro áreas acima devem ser objeto de atuação imediata; suas vias de acesso merecem, também, visão prioritária. O que significa repercussões até Manaus, considerando-se a área geográfica, e ajuste de tudo o que há planejado em matéria de transportes para a área norte da Amazônia Ocidental.

A dimensão do projeto e a pressa, aliadas ao sigilo necessário em vários aspectos acabou redundando na impossibilidade de um projeto integrado, segundo o GTI, que afirma ter optado, consensualmente, pela definição de projetos especiais vinculados ao projeto global, o que, na questão de ocupação civil e desenvolvimento, na dependência da evolução conjuntural política-econômico do país.

Até onde poderá ir este ajuste e essa adaptação do que se vem fazendo na região às necessidades alinhadas como de segurança nacional é impossível prever-se. Algumas variáveis podem ser vislumbradas desde agora. A primeira delas é a mobilização de um expressivo contingente humano a partir do deslocamento de pessoal necessário para implementar as ações na fronteira. Embora o projeto em apenas um momento quantifique número de pessoas — as que seriam contratadas pela Funai — a abrangência das ações indica um reforço significativo no contingente militar e o deslocamento de grande número de funcionários civis de vários ministérios. Essa mobilização possivelmente abrirá o acesso a uma leva colonizadora, com todas as suas consequências.

Outra indicação se refere às ligações rodoviárias. No conjunto de projetos especiais são mencionadas três: a ponte entre Bonfim e Lethem (Brasil-Guiana), uma estrada em território guianense e a estrada ligando Boa Vista e Roraima à Venezuela. Mas, levando-se em consideração a necessidade de priorizar as vias de acesso às áreas selecionadas, abre-se um leque de penetração regional cujos resultados fatalmente terão que ser arcados pelos governos locais.

O próprio projeto reconhece o estabelecimento de fluxos migratórios em direção aos polos de desenvolvimento, ao tratar das necessidades da Marinha. E, ainda nesse capítulo, enfatiza a necessidade de reforçar operacionalmente a Estação Naval do Rio Negro e a Base Naval de Val de Cães, numa clara alusão às consequências do projeto que, se foram consideradas, não são reveladas em toda a sua extensão.

Avaliação

Sem a participação dos governos estaduais e sem uma avaliação comum das repercussões que um projeto dessa magnitude pode provocar na região, é bem possível que os governos estaduais se vejam, a curto prazo, na mesma situação vivida hoje na área sul do rio Amazonas. Nessa região, é público e notório que a abertura do processo de ocupação colonizadora e a expansão da fronteira agrícola, feita sem a menor articulação com os governos estaduais e sem que eles tivessem sequer recursos para suportar o fluxo migratório criou, em algumas áreas, um ambiente de verdadeiro faroeste. A história se repete, apesar da recomendação do secretário do Conselho de Segurança Nacional e novamente os governos são excluídos.

O projeto não se detém em avaliar, por exemplo, o aparelhamento dos governos estaduais nas funções que lhes são específicas. No capítulo referente ao Exército, estas funções estão expressas e, desde já, definida a posição que será tomada em relação a elas: A implantação e a ampliação de atividades sociais básicas — saúde, educação, abastecimento de água, eletrificação rural, abastecimento alimentar e de bens de consumo, habitação popular, desenvolvimento comunitário e lazer — bem como a interiorização de polos de desenvolvimento econômico, particularmente através de um processo de colonização com assentamento dirigido de famílias, e a ampliação da infra-estrutura viária deverão merecer atenção especial da Força Terrestre em sua missão complementar na faixa de fronteira. A "atenção especial" pode significar uma intervenção operacional, excluindo os governos estaduais; ou uma ação suplementar à ação dos Estados. O fato de mencionar funções tão específicas mostra que o Exército prevê a necessidade de intervir ou, pelo menos, disciplinar a intervenção.

A perspectiva é, pois, de que os governos estaduais se vejam a braços com novos fluxos migratórios, desta vez ao norte do rio Amazonas, sem que estejam capacitados a responder a eles, levados a reboque de mais um projeto de cima para baixo.

E, na medida de sua exclusão das discussões e da própria visão global do plano, impossibilitados de prevenir estas respostas através do aparelhamento dos governos locais.

Comércio

Não é apenas o problema migratório que refletirá nos governos estaduais. Um dos capítulos do programa se detém, particularmente, no incremento das relações comerciais com os países limítrofes. Este incremento é reivindicado, aliás, por associações empresariais das unidades federadas com fronteiras ao Norte há muito tempo. Fatalmente terá repercussões estaduais na medida em que se formarem entrepostos e que se formarem os corredores comerciais. Nesse contexto o desaparelhamento dos Estados lhes causará enormes prejuízos trazendo, em contrapartida, necessidades de despesas cada vez maiores a partir da pressão exercida pelo próprio intercâmbio comercial.

Pará e Amazonas estão, hoje, formulando planos de governo a partir das eleições. Estes planos estão sendo feitos provavelmente sem levar em conta o impacto do Calha Norte, cuja execução, em suas principais diretrizes, está prevista para quatro anos — tempo de duração dos mandatos dos governadores que se empossarão em março próximo. Exatamente como aconteceu ao se abrir o processo de colonização do sul amazônico. Os resultados, pela experiência anterior, estão aí mesmo.

Esse planejamento vertical que exclui os governos locais acaba sendo revelado no título Ações subsequentes na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. O capítulo é uma declaração de diretrizes antigas: ordena o zoneamento territorial, defende a implantação de projetos na área e, paradoxalmente, fala de integração. A integração entre os níveis federal, estadual e municipal, entretanto, refere-se apenas ao nível operacional "a fim de evitar superposições de atividades/projetos/programas, com vistas a determinar melhor nível de complementaridade". Ao mesmo tempo, envolve, como instrumentos para a obtenção dos objetivos do programa Calha Norte — embora fale, ironicamente, em ajustamento do Calha Norte ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia — todos os órgãos e recursos disponíveis para o desenvolvimento de ações federais na região. Ressaltando, sempre, a necessidade de associação às ações desenvolvidas pelos Ministérios Militares.

O Poder Nacional numa estratégia de segurança

Esta é a exposição de motivos do ministro Rubens Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário do Conselho de Segurança Nacional.

É o primeiro documento formal referente ao projeto Calha Norte e se baseia num levantamento de dados sobre a situação atual da fronteira setentrional. Este é o seu texto:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Com é do conhecimento de Vossa Excelência, a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas tem-se consubstanciado em uma preocupação constante ao longo dos anos, no que tange à sua efetiva integração ao contexto nacional, devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento.

2. Trata-se de área praticamente inexplorada, correspondendo a 14% do Território Nacional e delimitada por uma extensa faixa de fronteira praticamente habitada por indígenas.

3. Este último aspecto, por si só, vem acrescendo nova magnitude ao problema geral da área, uma vez que a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul.

4. À vista dessas preocupações e, ainda, da diretriz de Vossa Excelência que determina a busca de soluções para se eliminar desigualdades regionais, encomendei à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional um levantamento de dados sobre a situação atual dessa área, com vistas ao fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região.

5. Concluído o trabalho, ficaram demonstrados fatos e fatores adversos, destacando-se em síntese:

— o imenso vazio demográfico da região, o ambiente hostil e pouco conhecido, a grande extensão da faixa de fronteira, escassamente povoada, bem como a susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica marxista, aspectos estes que tornaram vulnerável a soberania nacional.

— A análise desses aspectos e de outros de ordem econômica, política e social, permite concluir por um planejamento abrangente, de médio a longo prazo, visando direcionar a atuação governamental, em conjunto com a iniciativa privada, para promover a ocupação e o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais.

— Esse planejamento, além de objetivar o fortalecimento das expressões do Poder Nacional, não deveria deixar de incluir o relacionamento com os vizinhos do Norte. Destarte, seria recomendável, pelas razões já citadas, ampliar as relações bilaterais, especialmente com a Guiana e o Suriname. É preciso lembrar, entretanto, que a aproximação com esses países apenas atingirá níveis satisfatórios na medida em que o peso específico do benefício político dela resultante prevaleça sobre as possíveis dificuldades comerciais e financeiras, entre outras.

— Além disso, pode-se esperar que a integração desse espaço geo-econômico ao resto do País venha reforçar o relacionamento com os vizinhos, podendo surgir o Brasil como opção mais confiável do que quaisquer outros alinhamentos.

6. Neste ponto, permito-me resumir, em elenco, as necessidades fundamentais e imediatas, julgadas prioritárias por esta Secretaria-Geral:

a) incremento das relações bilaterais;
b) aumento da presença militar na área;
c) intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
d) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira;
e) ampliação da infra-estrutura viária;
f) aceleração da produção de energia hidrelétrica;
g) interiorização de polos de desenvolvimento econômico;
h) ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

7. Em face da situação que acabo de descrever à Vossa Excelência e diante da importância e da complexidade do problema, tenho a honra de submeter o assunto à sua elevada apreciação, sugerindo seja instituído Grupo de Trabalho Interministerial, integrado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Interior, o qual terá incumbência de consolidar e apresentar um Plano para desenvolvimento da região.

8. Caso Vossa Excelência esteja de acordo, peço vênia para sugerir, ainda, seja determinado aos demais Ministérios apresentarem uma programação prioritária para a área, num prazo de 60 dias, bem como a indicação dos respectivos Secretários-Gerais como elementos de ligação com o Grupo de Trabalho.

9. Por último, permito-me acrescentar que poderiam, também, fazer parte do referido grupo, na qualidade de co-participantes, representações das Unidades Federativas da Região.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos do meu mais profundo respeito.

Gen. Bda. RUBENS BAYMA DENYS
Ministro de Estado
Secretário-Geral do Conselho
Segurança Nacional

A íntegra do Calha Norte

O relatório do Grupo de Trabalho Interministerial tem o título de "Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas — Projeto Calha Norte" e, após a parte introdutória, referentes ao diagnóstico e estratégia, remete á descrição dos projetos especiais, feito de forma sumária.

Os projetos estão voltados para o fortalecimento do Poder Nacional na área, nos planos civil, diplomático e militar. O primeiro grupo se refere ao incremento de relações bilaterais emglobando cinco projetos: revisão do comércio fronteiriço; cooperação técnica; incremento do Pacto Amazônico; combate ao tráfico de entorpecentes; ligações rodoviárias com países vizinhos.

O segundo grupo se refere ao aumento da presença militar na área e envolve os Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica. Nesse grupo, com detalhamento minunciouso, estão reunidos os seguintes projetos: reforço às instalações da Marinha e força fluvial existente; estruturação dos comandos do Exército na área, reforma e ampliação de quartéis e criação de novos comandos; melhoria, ampliação e construção de novos aeroportos, pela Aeronáutica, e instalações de novas bases aéreas.

O terceiro grupo diz respeito à recuperação dos marcos limítrofes, envolvendo todos os países vizinhos.

O quarto grupo refere-se à reestruturação da Funai nas áreas consideradas prioritárias.

E, finalmente, como ações subsequentes, as ações de desenvolvimento.

Esta é a íntegra do projeto:

INTRODUÇÃO

Acolhendo proposta consubstanciada na Exposição de Motivos nº 018 (anexo 1), de 19 de junho de 1985, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), o Exmº Sr. Presidente da República houve por bem determinar a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial-GTI com o mandato de elaborar plano de desenvolvimento para a região situada ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas.

O Grupo de Trabalho reuniu-se na SG/CSN sob a coordenação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN, sendo integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores-MRE, Ministério do Interior-MINTER e da própria SG/CSN. Cabe, ainda, mencionar a valiosa contribuição de outros órgãos federais com atuação na Amazônia, tais como os Ministérios Militares e o Ministério da Fazenda.

A síntese dos trabalhos do "GTI da Calha Norte", constituída de análise de situação, diretrizes gerais de planejamento e estratégia de implementação, está contida no presente documento.

2. DIAGNÓSTICO

A região em estudo, representando 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal, marcada pelo rudimentarismo de suas formas produtivas, com uma pequena população circunscrita às capitais dos Estados e Territórios e delimitada por uma extensa faixa de fronteiras na qual estão localizadas grandes áreas indígenas, induz a pensar que as tarefas ligadas à segurança e ao desenvolvimento são extremamente complexas e apenas passíveis de implementação no longo prazo.

Desde o primeiro momento, a análise da situação revelou que a "Calha Norte" apresenta três territórios bem diferenciados, isto é, a faixa de fronteiras, o "hinterland" ou núcleo da região e a zona ribeirinha adjacente às calhas do Solimões, Amazonas e demais rios. Cabe, por isso, frisar que o GTI identifica como possível solução plena para o problema a consecução, através a consolidação harmônica, no tempo e no espaço, de três Programas, a saber:

— Programa da Faixa de Fronteiras;
— Programa do Núcleo Regional ou "Interiorano"; e
— Programa das Zonas Ribeirinhas.

Dessa forma, cabe sublinhar que além da sempre presente preocupação da restrição orçamentária, duas outras permearam os trabalhos do GTI, a saber, a compatibilidade com diversos planos governamentais para a região em apreço e a questão da confidencialidade.

Sob o aspecto de integração de esforços, o GTI houve por bem sugerir que a descrição geral do Programa de Desenvolvimento da Amazônia-PDA, da alçada do MINTER, contemple diretrizes que orientem a estruturação de Programas específicos para as três subáreas identificadas na grande região "Calha Norte".

Sob o aspecto confidencialidade, cabe explicitar que a prioridade governamental, sendo acordada à "Calha Norte", poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas, quanto temores infundados nos países limítrofes. Observe-se que muitos dos temas abordados, tais como reformulação de políticas indigenistas, retomada da demarcação de fronteiras ou localização de instalações militares, requerem tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais de análise, em virtude da alta sensibilidade política. O grau de sigilo recomendado para a matéria reside mais no conhecimento dos desígnios totais de ocupação da faixa de fronteiras do que nas demais atividades a serem implementadas, de forma gradual ou intensiva, simultânea ou sucessivamente àquelas de ocupação. Em vista do que precede, não apenas os trabalhos do GTI desenrolaram-se sob regime de confidencialidade, mas também a presente proposta recebe igual tratamento.

Oito ordens de "necessidades fundamentais e imediatas", expressas na EM nº 018/85 das quais as primeiras quatro, principalmente, refletem aspectos de Segurança Nacional, foram analisadas e resultaram nos seguintes aspectos.

a) **Incremento das Relações Bilaterais:** O Brasil, pela sua ocupação mais avançada da Amazônia e pelo nível mais alto de desenvolvimento econômico, não deve temer efeitos de longo prazo de projetos de integração. Observe-se, também, que muitas das ameaças ao interesse nacional são compartilhadas com os países limítrofes como, por exemplo, plantações ilegais de epadu e o contrabando. Em síntese, o aumento da presença brasileira na região é perfeitamente compatível com a coordenação de esforços com os países vizinhos. Entre outras, seriam as seguintes as principais medidas visando incrementar as relações bilaterais: revisar a atual legislação de comércio fronteiriço, incrementar as atividades de cooperação técnica, revitalizar os mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica, reforçar a cooperação internacional no combate ao narcotráfico, retomar estudos para novas ligações rodoviárias, e reforçar a rede consular de fronteira.

b) **Aumento da Presença Militar na Área:** As Forças Armadas já dispunham de planos visando assegurar, no longo prazo, uma maior presença militar na "Calha Norte". A análise da problemática recomenda, entretanto, que algumas partes desses planos tenham a sua implantação adiantada e ampliada, sendo necessárias, portanto, verbas específicas para investimentos e as correspondentes correções orçamentáriais nos itens de custeio. Em caráter prioritário, estaria o estabelecimento, pelo Exército, de Pelotões de Fronteira em alguns pontos críticos, bem como a melhoria em outras instalações já existentes. Em paralelo a esse esforço, independentemente do que venha a ser feito no médio e longo prazo, vê-se, também como prioritárias, no âmbito da Aeronáutica, a construção e melhoria de aeródromos de apoio e de outras atividades específicas, bem como a obtenção e manutenção de meios aéreos que serão envolvidos nesse aumento de presença e, no âmbito da Marinha, a intensificação de patrulhas fluviais e a melhoria das condições de segurança de navegação na área, o que, além de expressar capacidade de apoio mútuo, irá possibilitar a maior participação de outros órgãos governamentais, que atuam no desenvolvimento da região, em ações integradas e efetivas por sua maior freqüência.

c) **Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes:** Atividade de capital relevância política que exige de uma

→

Acervo O LIBERAL

O LIBERAL DOCUMENTO

Repercussão regional. Sem discussão.

Apesar de ter sua formalização iniciada há mais de um ano, com a exposição de motivos enviada ao presidente da República, assinada pelo general Rubens Bayma Denis, ministro chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e, nesta condição, secretário do Conselho de Segurança Nacional, bem pouco se conhece, até agora, do projeto Calha Norte, em seus aspectos formais e menos ainda no que diz respeito à própria discussão que o gerou.

Como todas as questões envolvendo segurança nacional e, simultaneamente, a política externa, os documentos formais contém poucas indicações a respeito das reais razões pelas quais o projeto é considerado necessário, e, além disso, prioritário. A leitura do projeto, pois, há que ser feita considerando-se a linguagem contida e medida que reveste esse tipo de documento.

Alguns fatos sugerem que o projeto Calha Norte estava em gestação há muito tempo, provavelmente desde que se inviabilizou o projeto de construção da Perimetral Norte, rodovia destinada a promover a ocupação, à semelhança do que aconteceu com a Transamazônica, da extensa e vazia faixa territorial ao norte do rio Amazonas. O relativamente pouco tempo entre a exposição de motivos de Bayma Denis — junho de 85 e a rapidez com que se constituiu o grupo de trabalho logo após; a velocidade com que o projeto entrou em execução — já em 86, ou seja, menos de um ano após o passo formal inicial; e o fato de envolver relacionamento com quatro países vizinhos o que, normalmente, retarda em muito até a formulação do projeto dão a entender que ele estava sendo discutido — e negociado — bem antes.

Conflitos

A fronteira norte, por sua extensão, vazio demográfico, dificuldades de acesso, impossibilidade de ocupação a curto prazo e até mesmo de delimitação, é preocupação histórica do país desde, virtualmente, a sua formação. Essa preocupação, entretanto, esbarrou em dificuldades de recursos a serem mobilizados conjugadas ao pacífico e tranquilo relacionamento entre o Brasil e seus vizinhos, sem maiores questões.

Essa tranquilidade se reflete num fato somente hoje revelado: a de que desde 1938 que as comissões mistas demarcadoras de limites territoriais entre o Brasil e a Guiana e Brasil e Suriname não se reúnem, sem que isso tenha criado qualquer problema nas relações bilaterais.

Nota-se, por outro lado, em relação aos demais países, um trabalho contínuo e bem sucedido no âmbito das comissões mistas. A fronteira com a Venezuela está demarcada definitivamente desde 1937; a da Colômbia, concluída em 73, prosseguindo o trabalho até hoje; a do Departamento da Guiana (Guiana francesa), demarcada em 62 e definida em 81 a fronteira marítima.

Em clima de tanta tranquilidade em relação aos países vizinhos, um esforço de ocupação da magnitude do Calha Norte não se justificaria — a menos que outras questões se imponham. No relacionamento bilateral essas questões só têm um nome: a previsão de conflitos.

Esta previsão é sugerida na própria exposição de motivos do ministro secretário do Conselho de Segurança Nacional. Aliás, constitui o único indicador para as reais razões do projeto:

...a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul. Essa forma de dizer, característica de documentos dessa natureza, se traduzida para português claro significa que há, em primeiro lugar, temor de que o território brasileiro seja utilizado como base em conflitos entre países vizinhos, por um ou outro lado, sem que haja forma de impedi-lo e fazendo com que o país corra o risco de ser arrastado para um conflito entre terceiros; em segundo lugar, o temor da deflagração de um processo guerrilheiro na Amazônia — tanto na área brasileira como na dos demais países o que, neste último caso, fatalmente traria reflexos para o país.

Estes reflexos já começaram a existir a partir da existência real do movimento guerrilheiro colombiano, o M-19, e notícias de incursões em território brasileiro.

Mais, ainda: menciona o ministro a **susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica marxista** como um dos motivos que tornam vulnerável a soberania nacional nessa área.

Alinhamento

Do ponto de vista político, a ação sobre a fronteira norte faz parte de um conjunto de ocupação visando, simultaneamente, a expressão do que se chama Poder Nacional sobre a área — efetiva integração ao território nacional — e um estreitamento de relações entre os vizinhos de forma a que o Brasil seja uma opção de alinhamento político mais viável que qualquer outra alternativa.

Isso de certa forma explica a preocupada reação do governo venezuelano às primeiras notícias do projeto. E se insere num contexto mais amplo de ações em torno da Amazônia Internacional — tais como o Pacto Amazônico, o estímulo à cooperação científica regional e a progressiva integração no combate à produção e tráfico de drogas. Estas ações datam, já, dos anos 70 — o Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado em 78 — com significativo incremento a partir do começo desta década.

Um dado, entretanto, reflete súbita reviravolta: essas ações foram lentas e tranquilas, e, hoje, há muita pressa, possivelmente advinda do aumento das tensões internas dos países com territórios amazônicos. Nos cinco primeiros anos de vigência do Pacto ele andou muito aquém do que deveria ter andado. Seus resultados foram magros e faltaram-lhe recursos. Foi somente em 85 que se reconheceu prioritário incrementá-lo.

Reconhece o projeto a pouca prioridade que se vinha dando, até então, ao relacionamento bilateral com os países da comunidade amazônica. O balanço traçado no projeto mostra poucos saldos. Em que pese a inexistência de discordâncias e conflitos, revela-se que este relacionamento necessita de urgente revisão e que o país perdeu muito tempo — tanto na afirmação de Estado na região, através da presença militar e diplomática, como no próprio intercâmbio internacional.

O projeto não diz, mas deixa claro que, no atual estágio de relacionamento bilateral com esses países, o Brasil não está em posição de se assegurar de uma unidade regional — ou mesmo ser uma opção de alinhamento político no que toca a interesses comuns, e que a perspectiva de um isolamento na fronteira norte é real. Como vantangens, apontam-se a tradição de solidariedade e ameaças comuns partilhadas pelos governos da área. Dessas ameaças, o projeto só menciona duas, a droga e o contrabando, embora seja claro haver ameaças bem mais preocupantes.

Ambição

O Projeto Calha Norte, entretanto, parte da questão internacional para a questão interna e está longe de ser apenas vigilância de fronteiras e prevenção de conflitos.

Ele retoma, com nova versão e novas perspectivas, os princípios da política de ocupação da Amazônia ressaltados a partir da década de 70 cuja frase-símbolo, "Integrar para não entregar" foi objeto de um sem-número de campanhas. No relatório do Grupo de Trabalho Interministerial que fixa os princípios e prioridades do projeto, define-se a "Calha Norte" como uma região que vai da margem do rio Solimões-Amazonas até à fronteira. Isto significa 14% do território nacional — território meio vazio, em grande parte ainda primitivo.

Assim, o grupo de trabalho distingue três territórios em que se desenvolverá a ação: **a faixa de fronteiras, o hinterland ou núcleo da região e a zona ribeirinha adjacente às calhas do Solimões, Amazonas e demais rios.** Esse contexto diferenciado geraria, também, três programas diferenciados, um para cada região, compatibilizados com a ação já existente para a área e, sobretudo, com o Programa de Desenvolvimento da Amazônia, a cargo do Ministério do Interior, via Sudam.

Torna-se, pois, o programa, extremamente ambicioso, com repercussões em toda a região. E, embora o GTI tenha eleito como prioritário, em razão da segurança nacional, a faixa de fronteiras, mesmo a atuação exclusiva nessa área não elide consequências para o restante, principalmente as capitais dos Estados e territórios amazônicos.

A dimensão do projeto torna estranho um detalhe: a ausência dos governos estaduais e territoriais de sua discussão, formulação e operacionalização. Principalmente em se considerando que a própria exposição de motivos de Bayma Denis recomenda expressamente essa participação, com os governos estaduais e territoriais na qualidade de co-participantes. O GTI, entretanto, não os incluiu — limitou-se ao próprio CSN e aos represented dos Ministérios do Interior, Relações Exteriores e Seplan, com apoio e cooperação dos Ministérios da Fazenda, Exército, Marinha e Aeronáutica.

---

parte recursos financeiros mínimos e, de outra parte, enormes sacrifícios e dedicação das equipes da Primeira Comissão Demarcadora de Limites. As campanhas de demarcação realizam-se conjuntamente com os países limítrofes e o que se pretende é dotar as equipes brasileiras com os equipamentos e recursos que permitam acompanhar o ritmo de trabalho acordado com as nações vizinhas. Convém destacar, sob esse aspecto, que os Pelotões de Fronteira, através convênios, poderão apoiar, efetivamente, as equipes da 1ª CDL/MRE.

d) Definição de uma Política Indigenista Apropriada à Região: À primeira vista, esta atividade não demandaria recursos financeiros adicionais. Contudo, uma nova política indigenista deve partir de uma experiência de campo intensificada, sobretudo na região Yanomami, e de crescente cooperação com os órgãos congêneres dos países limítrofes através do MRE. Observe-se, ainda, que ao longo da fronteira norte existem numerosos pontos ocupados por grupos indígenas e torna-se difícil qualquer atuação sem a participação da FUNAI. Ademais, os temas de política indigenista estão entre os de maior responsabilidade política e, no passado recente, foram explorados em detrimento da boa imagem do País.

e) A complexidade e especificidade das demais necessidades fundamentais, como a ampliação da infra-estrutura viária, a aceleração da produção de energia hidrelétrica, a interiorização de pólos de desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos, não permitiram que o GTI apontasse, dentro da urgência com que foram conduzidos os trabalhos, ações ou medidas que viessem a materializar tais determinações.

Por oportuno, convém destacar que, do ponto-de-vista da Segurança Nacional, o GTI elegeu como problemas merecedores de atenção preferencial aqueles que se concentram ao longo dos 6.500 quilômetros da faixa de fronteiras e suas vias de acesso.

À vista de todas as condicionantes citadas, o GTI, por consenso, houve por bem não apresentar um PROGRAMA ou PLANO, mas sim proposta para execução imediata de PROJETOS ESPECIAIS, direcionados à faixa de fronteiras e suas vias de acesso e que atendem às quatro necessidades fundamentais mais voltadas para a segurança. A ampliação dessas ações, em forma de PROGRAMAS mais abrangentes, far-se-á oportunamente, na dependência da evolução conjuntural político-econômico do País.

3. ESTRATÉGIA

O Grupo de Trabalho Interministerial definiu a seguinte estratégia para fortalecimento da região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas:

I — Ações imediatas na faixa de fronteiras, pela implementação de PROJETOS ESPECIAIS, com a participação efetiva dos Ministérios da Marinha, das Relações Exteriores, do Exército, da Aeronáutica e do Interior (Fundação Nacional do Índio), segundo as seguintes áreas, selecionadas as quatro primeiras e suas vias de acesso, como prioritárias:

a) A área caracterizada pela presença de índios Yanomami, com uma pequena população estimada em 7.500 índios que vivem em dezenas de malocas esparsas, adjacente a um longo trecho de 900 quilômetros de fronteira com a Venezuela, país onde também residem numerosos contingentes indígenas da mesma etnia. Há bastante tempo, observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir — as custas do atual território brasileiro e venezuelano — um Estado Yanomami. Destacam-se nessa área os seguintes pontos: Surucucu, Auarís e Ericó;

b) Área do Alto Rio Negro-AM, fronteira com a Colômbia e Venezuela, e que é usualmente designada como a "cabeça do cachorro". Não obstante também existirem nessa região problemas indígenas, as principais preocupações dizem respeito a atividades ilegais de mineração, contrabando e narcotráfico. Destacam-se São Gabriel da Cachoeira, Iauaretê, Querari, São Joaquim, Cucuí, Maturacá e Içana;

c) Área de Roraima, na fronteira com a Venezuela e República Cooperativista da Guiana. Essa região preocupa pela proximidade de zona potencial de conflito (a questão do Essequibo) e por ser a fronteira que mais aceleradamente vivifica-se na região da Calha Norte. Destacam-se Boa Vista, BV8, Normandia, Bonfim e Serra do Sol;

d) Área do Alto Solimões-AM, fronteira com a Colômbia, destacando-se Tabatinga, Ipiranga, Vila Bittencourt e Alto-Traíra;

e) Área do Tumucumaque-PA, fronteira com o Suriname, destacando-se Tiriós;

f) Área do Território do Amapá-AP, fronteira com a Guiana Francesa, destacando-se Macapá, Oiapoque e Clevelândia do Norte.

II - Ações subseqüentes serão consideradas aquelas envolvendo a área como um todo, definidas em programas e projetos compatíveis com as diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA, de acordo com as recomendações contidas no capítulo Desenvolvimento Regional do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

da órgão na região. Por exemplo, caberá à FUNAI redobrar esforços na região Yanomami; na "cabeça do cachorro" a maior presença militar foi vista como a variável crítica, e em Roraima as medidas prioritárias concentram-se nos temas de revisão dos esquemas de comércio fronteiriço. Entretanto, não apenas as quatro áreas acima devem ser objeto de atuação imediata; suas vias de acesso merecem, também, visão prioritária. Cabe, por oportuno, frisar que em todos os 6.500 quilômetros da faixa de fronteiras, subsistem problemas indígenas, outras questões que recomendam maior presença militar, marcos de fronteira pouco adensados, contrabando, etc.

Os PROJETOS ESPECIAIS, que caracterizarão as atividades a serem desenvolvidas na faixa de fronteira, e suas vias de acesso, terão início no próximo exercício de 1986 e conclusão prevista em 1990, conforme programação plurianual anexa, envolvendo recursos da ordem de Cz$ 628.892 milhões cujas fontes serão definidas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República com recursos do Orçamento da União.

4.1 - **Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais**

4.1.1 - Objetivos

No senitido mais amplo, o "incremento das relações bilaterais" constitui objetivo e tarefa permanente do Itamaraty. No contexto do GTI da Calha Norte, essa expressão deve ser entendida como "as ações na área externa que possam redundar em benefício específico para o desenvolvimento e colonização da região sob estudo". Como ponto de partida, o maior benefício que a política externa poderá alcançar é a manutenção da paz e o incremento da compreensão mútua entre o Brasil e os vizinhos, ou seja, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. Nessa faixa de fronteiras, a atividade de maior relevo diz respeito à delimitação pacífica da fronteira. No entanto, o Ministério das Relações Exteriores poderá contribuir com amplo leque de atividades para que a chamada "Calha Norte" venha a ter o seu desenvolvimento favorecido.

De início, cabe lembrar que o aumento da presença brasileira na região é perfeitamente compatível com a coordenação de esforços com os países vizinhos. Entre outras, seriam as seguintes as principais medidas visando incrementar as relações bilaterais: revisar a atual legislação de comércio fronteiriço, incrementar as atividades de cooperação técnica, revitalizar os mecanismos do Tratado de Cooperação Amazônica-TCA, reforçar a cooperação internacional no combate ao narcotráfico, retomar estudos para novas ligações rodoviárias e reforçar a rede consular de fronteira.

4.1.2. Justificativas

A listagem apresentada no item anterior, de iniciativas na área externa que possam redundar em imediato benefício para a Calha Norte, está longe de ser exaustiva. Observe-se, também, que para o Brasil, quando for responsável pela Secretaria Pró-tempore do TCA, passam a ser numerosas as iniciativas de cooperação regional.

A experiência com outros países fronteiriços também mereceu análise. Por exemplo, toda legislação referente ao comércio com o Paraguai poderia vir a ser adaptada para utilização na região da Calha Norte. De modo geral, a legislação dos países vizinhos tende a ser menos restritiva do que a brasileira no campo comercial, e portanto também passível de adaptação no contexto de esforços visando ampliar o relacionamento bilateral.

Outra linha de atividades a ser considerada em futuro diz respeito ao reforço dos consulados brasileiros na área fronteiriça. A experiência histórica com a região sul demonstra que consulados de fronteira bem instalados e lotados podem constituir instrumento valioso para o desenvolvimento e para que sejam evitados no nascedouro problemas políticos decorrentes de fronteiras que se vivificam. Por último, cabe sublinhar a necessidade de equilibrar as relações com a República Cooperativista da Guiana no mesmo patamar do atual relacionamento Brasi-Suriname. Deve haver esforços para destinar à Guiana os mesmos recursos financeiros que estão sendo dirigidos para o Suriname, tanto no que concerne às linhas de crédito quanto aos montantes para cooperação técnica. No caso guianense o esforço para equilibrar comércio bilateral é facilitado pela possibilidade de importação de arroz e, sobretudo, pela compra de ouro. Atualmente, já existem fluxos ilegais, de alguma monta, com ouro sendo contrabandeado para Roraima em troca de produtos de consumo.

4.1.3. Programação Proposta

a) **A questão do comércio fronteiriço:** o mais sumário manuseio do "Manual de Normas Aduaneiras Compiladas", da Secretaria da Receita Federal, revela a complexidade legal

4. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS PROJETOS ESPECIAIS**

Nas quatro áreas priorizadas no item anterior, será necessária a ação coordenada de diversos órgãos federais e estaduais, dando-se especial atenção ao momento de entrada de cada matéria, sobretudo no que tange à Amazônia com a regulamentação específica da Zona Franca de Manaus. Apresenta, contudo, importância especial a Instrução Normativa nº 104, de 17 de outubro de 1984, que regulamenta o chamado "comércio formiga". O texto em pauta apresenta uma limitação vital, qual seja, "as aquisições no exterior deverão restringir-se às necessidades de subsistência do adquirente e de sua família". Uma vila brasileira na região fronteiriça não pode adquirir gasolina, cimento ou qualquer outro insumo sem atender toda uma tramitação de papéis que torna inviável a importação. Em outros termos, cabe analisar o estabelecimento de regime especial para o comércio de pequena monta na região fronteiriça. Observe-se, ainda, que todos os países da área amazônica, exceto Venezuela, possuem déficits comerciais de grande monta com o Brasil, ou seja o acréscimo marginal de importações brasileiras poderia ser visto como argumento para evitar a imposição de restrições comerciais por parte dos países vizinhos. No caso da Venezuela, o pequeno desenvolvimento industrial é uma garantia de que não haverá deterioração substancial do corrente déficit brasileiro, visto que o "comércio formiga", expandido, abarcaria apenas produtos e serviços nacionais.

b) **Cooperação Técnica:** A cooperação técnica brasileira, gerida pelo sistema DCT/SUBIN, talvez seja o mecanismo de longo prazo mais eficiente no incremento de relações bilaterais que possam redundar em benefício para a Calha Norte.

De modo geral, poderia ser dito que são complementares as economias da Colômbia e Venezuela com relação à brasileira. Neste caso, a cooperação técnica constitui não apenas a ponta de lança para a exportação de bens e serviços mais também o mecanismo precursor no estabelecimento de "joint ventures". O exemplo mais conhecido seria a participação brasileira na exploração de carvão metalúrgico colombiano e que teve como gênese a cooperação técnica fornecida pela SIDERBRÁS.

No caso da Guiana, Suriname e Guiana Francesa as economias são basicamente competitivas com a do Brasil. Nesses casos, não é possível contar apenas com as forças de mercado no estabelecimento de relações econômicas bilaterais. A cooperação técnica, quando bem orientada, torna-se o principal fator de incremento e ordenamento das relações econômicas. O caso do Suriname exemplifica a afirmação acima e diversos projetos de cooperação técnica em futuro não muito distante poderão constituir o elemento organizador do relacionamento.

c) **Tratado de Cooperação Amazônica:** O Tratado de Cooperação Amazônica nasceu de iniciativa brasileira inspirada na necessidade de institucionalizar e orientar um processo de cooperação regional que se vinha desenvolvendo crescentemente, sobretudo ao longo dos anos 60 e 70. O TCA foi assinado em Brasília em 03 de julho de 1978 e entrou em vigor em 02 de agosto de 1980. Nos últimos cinco anos, este acordo-quadro não pode corresponder plenamente às expectativas em virtude da recessão econômica que afetou de modo sincronizado todos os países membros.

No entanto, o TCA constitui o único mecanismo para a consecução de determinados objetivos desenvolvimentistas na Amazônia em geral e mais especificamente, na "Calha Norte". A título exemplificativo, cabe mencionar o Seminário sobre Infestação do "Aedes aegypti", realizado em Belém sobre o patrocínio do TCA, entre os dias 29 e 31 de outubro de 1984. Neste foro, ficou uma vez mais patenteado que a erradicação da febre amarela só teria êxito quando ocorresse esforço conjunto de todos os países da bacia amazônica.

Exemplos equivalentes foram detectados em outros seminários do TCA nas áreas de hidrologia, climatologia, cooperação científica e tecnológica, comunicações e transporte rodoviário.

Em futuro próximo, interessaria ao Brasil tomar a si a função de Secretaria Pró-tempore do TCA com o objetivo de acelerar a implantação dos projetos identificados nos seminários acima citados. Para tanto, seria desejável que o Itamaraty pudesse contar com pequena verba, visando a facilitar o encaminhamento das iniciativas. De imediato, é impossível detalhar estes custos os quais, entretanto, não devem ultrapassar a US$ 1 milhão de dólares para um ano calendário de atividades muito intensas no âmbito do TCA. O detalhamento de tais incentivos, a medida que sejam confirmados, seria objeto de documentos específicos.

d) **Narcotráfico:** A plantação de epadu, a colheita das folhas desta coca brasileira, o seu refino preliminar e comercialização constituem atividades ilegais que estão no momento vivificando extensas áreas fronteiriças na Calha Norte. Os montantes financeiros auferidos com o narcotráfico não apenas representam um perigo para a vida política brasileira mas também permitem o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional. As experiências no Perú e na Bolívia apontam ainda para a perspectiva de que qualquer iniciativa na área agrícola sempre será menos rendosa do que a plantação de coca. Em outros termos, qualquer projeto de relocação de pequenos agricultores na Calha Norte poderá redundar em incremento de plantação de epadu.

O Brasil possui comissões mistas tanto com a Venezuela quanto com a Colômbia para coordenar esforços de combate ao tráfico de entorpecentes. Como passo inicial para qualquer esforço desenvolvido na Calha Norte, faz-se mister dinamizar o trabalho das duas comissões mistas citadas e alocar recursos adicionais para as operações conjuntas de erradicação do epadu.

e) **Ligações rodoviárias:** Projeto de interconexão rodoviária de inegável valor político e econômico é o asfaltamento da estrada que liga Boa Vista a Roraima ao marco BV-8. A Venezuela já ultimou a construção e capeamento da mesma rodovia a partir do ponto BV-8.

Em janeiro de 82, foi firmado o Acordo Brasil/Guiana para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Tacutu, com 230m de extensão, ligando Bonfim (RR-Brasil) e Lethem (Guiana), objetivando facilitar o tráfego e o intercâmbio comercial na região fronteiriça. No mesmo ano, cumprindo a primeira etapa do acordo, o MT/DNER concluiu um anteprojeto das obras e elaborou, em seguida, o projeto final de engenharia cujos textos foram encaminhados ao MRE em junho de 83. Em uma estimativa preliminar, tal ponte custaria entre US$ 8 e US$ 10 milhões (a quase totalidade do gasto em cruzados). Também com a Guiana existe o projeto de rodovia a partir da ponte sobre o Tacutu (trecho Lethem-Mabura Hill) a ser construído possivelmente por empreiteira nacional quando fossem obtidos recursos ou de organismos internacionais ou da CACEX. Este conjunto ponte-estrada permitirá uma melhor integração da região fronteiriça brasileiro-guianense e possibilitará até mesmo um escoamento rodoviário de valor estratégico em direção ao Caribe.

Os itens d) e e) representam dois importantes aspectos da realidade regional, cujas soluções serão conduzidas de forma apropriada pelos setores competentes.

4.1.4. Recursos Previstos

Os recursos destinados às atividades decorrentes de ocupar a Secretaria Pró-tempore do Tratado de Cooperação Amazônica-TCA, aos Projetos de Cooperação Técnica (Sistema/DCT/SUBIN) e à ampliação de melhoria da rede consular de fronteira estão especificados na tabela a seguir:

4.2 - **Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área**

4.2.1 - Objetivos

Fortalecer a Expressão Militar do Poder Nacional na Faixa de Fronteiras e em suas vias de acesso, cabendo à Marinha intensificar atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento, bem como os Serviços de Patrulha Costeira Fluvial; ao Exército a ocupação física dos pontos sensíveis na Faixa de Fronteiras, vigiando-a e guardando as vias naturais de acesso ao território nacional; à Aeronáutica a manutenção de uma infra-estrutura aeronáutica, que lhe possibilite o adequado apoio e a preservação da soberania do espaço aéreo nos pontos sensíveis de interesse na Faixa de Fronteiras.

Complementarmente, as Forças Armadas deverão contribuir para a efetiva vivificação da Faixa de Fronteiras e para o desenvolvimento da área, de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais, e em especial nos setores de educação, saúde, transporte e telecomunicações.

4.2.2 - Justificativas

Fatores adversos de ordem econômica, política e social, identificados na área em questão, constituem, no momento, ameaças à Segurança Nacional, pondo em risco a integridade do patrimônio nacional, com reflexos na própria soberania.

A presença militar ajustada à estatura político estratégica da Nação e fiel à sua natural vocação de solidariedade, manifestada sobretudo na assistência às populações mais desfavorecidas da sorte e mais carentes, em especial àquelas situadas nas regiões mais longínquas na Faixa de Fronteiras, tem tradicionalmente: estimulado atividades educacionais e econômicas; prestado assistência de saúde à população local; integrado os silvícolas à comunidade nacional; inibido o trânsito ilegal de estrangeiros, o narcotráfico e a evasão de riquezas; implantado uma infra-estrutura viária; tudo isto respaldando atividades de colonização, tão necessárias à área ecumênica da Faixa de Fronteiras.

4.2.3. Programação Proposta

4.2.3.1. Ministério da Marinha

A programação de investimento da Marinha é condicionada pelo Planejamento da Segurança Nacional, pelas altas decisões de Política Governamental e pela legislação vigente, pautando-se portanto, pelas realidades econômico-financeiras nacionais. Dessa forma, o atingimento do Poder Naval considerado necessário é meta prevista para um futuro remoto. Por outro lado, a disponibilidade atual e a curto prazo de meios flutuantes adequados e as condições materiais de suas indispensáveis instalações de apoio operacional, face à possibilidade de caracterização de emergências, bem como, para atendimento a outras atribuições legais da Marinha em situação normal de paz, correspondem a níveis abaixo do desejável.

Evidentemente, na elaboração da atual programação de investimentos da Marinha não se considerou a recente decisão superior, objeto do presente PROJETO. Desta forma, tal decisão deve ser tratada como uma nova variável do planejamento da Força, para que se possa identificar as possíveis necessidades de ajustagens à referida programação.

Já se pode prever que à implantação de novos polos de desenvolvimento corresponderá um aumento progressivo dos fluxos de navegação fluvial relacionados às áreas envolvidas, inclusive, ao longo da calha principal. Conseqüentemente, caberá à Marinha intensificar, proporcionalmente, suas atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento.

Com o estabelecimento de fluxos migratórios em direção aos polos de desenvolvimento, deverão aumentar as necessidades relacionadas a determinadas tarefas do Serviço de Patrulha Costeira (fluvial), especialmente, nas fases iniciais de sua implementação.

Da mesma forma, pode-se esperar um aumento do emprego dos meios da Marinha, em apoio ao Governo Federal em suas atividades de implementação e acompanhamento de projetos diversos (como os referentes à vivificação de fronteiras).

Ainda não se dispõe de elementos para uma avaliação precisa das necessidades de ajustes à programação de investimentos da Marinha, em decorrência do Projeto Calha Norte. Contudo, pelo que acaba de ser exposto, o Estado-Maior da Armada visualiza como altamente recomendável que, desde já, sejam destinados recursos especiais à Marinha para que esta corrija as deficiências existentes em seus pontos de apoio operacional na região norte, especialmente a Estação Naval do Rio Negro (Manaus/AM) e a Base Naval de Val-de-Cães (Belém/PA), bem como possa iniciar a construção de um Navio-Patrulha Fluvial da classe "Porto Esperança", a ser incorporado à Flotilha do Amazonas.

4.2.3.2 - Ministério do Exército

O Ministro do Exército deverá determinar as providências necessárias para as seguintes medidas:

a) **Estruturação da força terrestre na área.**

— Organizar o Comando de Fronteira do Rio Negro com a criação do 5º Batalhão Especial de Fronteira articulado em São Gabriel da Cachoeira-AM, Iauaretê-AM, Querari-AM, São Joaquim-AM, Cucuí-AM, e Maturacá-AM.

— Reorganizar o Comando de Fronteira de Roraima de modo a articular o 2º Batalhão Especial de Fronteira em Boa Vista-RR, Surucucu-RR, Auarís-RR, Bonfim-RR, Ericó-RR, Paracaima (BV8)-RR e Normândia-RR.

— Manter a organização e a articulação dos Comandos de Fronteira do Solimões e do Amapá, equipando-os adequadamente e proporcionando-lhes instalações mais funcionais.

— Criar um Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós-PA.

b) **Ação integrada:** Os investimentos a serem implementados no presente Projeto deverão ser orientados para uma adequada integração dos diversos órgãos com atuação na área, de modo a evitar dispersão de esforços e aumentar a eficiência das ações.

Para o custeio desses investimentos, os órgãos interessados deverão, sempre que possível, considerar a viabilidade dos CONVÊNIOS para a materialização de segmentos das iniciativas propostas. Os convênios em questão serão acordados entre os diversos órgãos na época oportuna, e os montantes serão originados de diversas rúbricas orçamentárias.

— A implantação e a ampliação de atividades sociais básicas — saúde, educação, abastecimento de água, eletrificação rural, abastecimento alimentar e de bens de consumo, habitação popular, desenvolvimento comunitário e lazer — bem como a interiorização de polos de desenvolvimento econômico, particularmente através de um processo de colonização com assentamento dirigido de famílias, e a ampliação da infra-estrutura viária deverão merecer atenção especial da Força Terrestre em sua missão complementar na faixa de fronteira.

— A cooperação, a assistência recíproca e a ação conjunta dos diversos órgãos com atuação na área é altamente estimulada nos presentes projetos, e a potencialidade da presença militar deverá fortalecer — como tradicionalmente tem feito — as atividades inerentes àqueles órgãos.

c) **Plano Diretor do Exército:** Elaborar os Planos e os Programas Plurianuais referentes à estruturação da Força Terrestre na área, de acordo com a seguinte orientação, e para o período de 1986 a 1990:

VIDE VERSO

Acervo ISA

O LIBERAL DOCUMENTO

A questão indígena indefinida e já sob polêmica

As informações sobre o Calha Norte provocaram imediatamente o estabelecimento de uma polêmica em torno da questão indígena. Nesse ponto, o próprio projeto está longe de uma definição unânime. Ao mesmo tempo em que ressal4a as pressões para a formação de um estado Yanomami, refere a proteção e manutenção das culturas indígenas e enfatiza a necessidade de "definição de uma política indigenista apropriada para a região, tendo em vista a faixa de fronteira". Coloca, também, a questão indígena como merecedora de tratamento sigiloso, "pelo menos em seus estágios iniciais de análise, em virtude da alta sensibilidade política". Acrescenta que a definição de uma política indigenista "deve partir de uma experiência de campo intensificada", levar em consideração os países limítrofes, a dispersão das tribos ao longo da fronteira e o fato de que os temas de política indigenista "no passado recente foram explorados em detrimento da boa imagem do país".

Talvez em função do sigilo não há uma definição clara e expressa da política indigenista a ser seguida, mesmo considerando-se que as áreas consideradas como prioritárias se situam, todas elas, em regiões ocupadas por tribos indígenas. O capítulo referente ao **Incremento das ações da Funai na faixa de fronteira** limita-se à operacionalização da ação da Funai nas áreas previamente selecionadas. E, embora o objetivo dessa atuação seja "promover estudos e demarcações de áreas indígenas", objetivo repisado no detalhamento de ações junto a essas áreas, a alocação de recursos específicos para a demarcação da área é de 250.000 ORTNs — o equivalente, hoje, a 26,6 milhões de cruzados — a serem gastos até 1990. É pouco mais que 10% do total de recursos destinados à Funai.

Essa falta de clareza, deliberada ou não, provocou imediata reação do Conselho Indigenista Missionário que, em notas sucessivas, denunciou o Calha Norte como viabilizador de um massacre na população indígena regional.

Segundo os dados do CIMI, o projeto atinge diretamente 50 mil índios — 22,8% dos índios remanescentes no Brasil. Estes 50 mil estão distribuídos em 51 áreas na fronteira norte do Brasil. Afirma o CIMI que o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar as áreas indígenas "em faixa de fronteira, tratando-se de áreas consideradas demasiado extensas; áreas próximas à cidades; áreas cortadas por estradas federais ou áreas cortadas por rios."

Para d. Erwin Krautler, presidente do CIMI, o projeto inviabiliza qualquer possibilidade de defesa dos direitos indígenas" e tem a finalidade de mascarar a realidade indígena. Ele afirma que, a partir disso, a Nova República pretende adequar os novos rumos da política indigenista aos interesses econômicos que movimentam os grupos na área do projeto.

Seis bispos divulgaram, recentemente, um protesto contra o projeto, em Manaus. D. Moacyr Grechi, d. Adalberto Dominico, d. Aldo Mogiano, d. Jorge Marskel, d. Mário Clemente Nero e d. Valter Ivan de Azevedo, além do vigário geral de Santarém, frei Miguel Kellett estranham, no documento divulgado, o tratamento "autoritário e sigiloso" da questão e conclui:

"Repete-se, assim, na prática, a característica dos tempos do regime autoritário, de marginalizar a sociedade civil, os seus legítimos representantes e o principal interessado: o povo amazônida, indígena e não-indígena, quando se trata do estudo, da elaboração e da execução de projetos".

Eles asseguram que o Calha Norte é de natureza bélico-militar e que terá, como consequência imediata, "o fortalecimento e aceleração do processo de destruição da cultura indígena e de destribalização, sob pretexto de intervenção à sociedade nacional. Ao lado disso, prevêem a aceleração do processo de dizimação dos índios, através do contato indiscriminado com os brancos. E a inevitável introdução, nas áreas de mineração, de mão de obra explorada, além dos choques culturais e conflitos entre os diversos grupos de deverão coexistir na região.

D. Erwin Krautler ressalta que nem o CIMI nem as comunidades indígenas são contrários "à defesa da integridade do território brasileiro e às providências dirigidas ao bem-estar da população da Amazônia". Mas não admitem que "modelos autoritários de desenvolvimento sejam, mais uma vez, implementados às custas dos povos indígenas".

Convivência

Um programa ambicioso de construção de instalações militares é detalhado para ocorrer, até 1990, nas seis áreas selecionadas, quatro das quais prioritárias. O reforço da presença de soldados na área — o que inclui um pelotão de fronteira no Tumucumaque, ampliação de instalações e contingente militares onde eles já existem e formação de novos — obrigará a uma convivência próxima com os índios. Em alguns locais, como na área Yanomami, malocas e quartéis já estão lado a lado. Segundo os indigenistas, esta convivência é sempre prejudicial ao índio, abre caminho para a invasão branca e leva, inevitavelmente, à destruição do grupo tribal.

Há, por outro lado, um número indeterminado de grupos arredios, ao longo da fronteira, ainda sem contato nenhum. Caberá à Funai fazer estes contatos. O curto espaço de tempo não permitirá adaptações — e a previsão de conflitos é de que sejam inevitáveis.

O projeto não detalha como contornar esta questão, mas ressalta a formação de uma estrutura operacional de apoio com forte presença da Funai junto às comunidades indígenas e alguns projetos de sustentação comunitária e tribal, no esquema clássico de atração/assistência/aculturação. Com um novo elemento, expresso no projeto: apoio às guarnições militares que serão localizadas nas faixas de fronteira.

A questão está longe de ser dirimida e deverá ser uma das áreas mais sensíveis do Calha Norte, mesmo porque envolverá forçosamente o relacionamento bilateral com países vizinhos e a delimitação de terras sujeitas a tratados diplomáticos. E não há nenhuma intenção em entregar a guarda das fronteiras aos índios, vistos, antes, como um componente a ser resolvido na complexidade do projeto.

AS NAÇÕES INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE QUE SERÃO AFETADAS PELO PROJETO

Área	Nação	Nº de índios
Fronteira Brasil/Guiana		
Galibi	galibi	71
Juminã	galibi-uaçá/caripunã	78
Uaçá	galibi-uaçá/palicur caripunã	2.370
Uuainpi	uuniapi	278
Fronteira Brasil/Surinã		
Parque tumucumaque	uuaiapi/uaiana/aparaí	desconhecido
	tirió/caxuiana	
Rio Peru do Leste	uaiana/aparaí	desconhecido
Fronteira com Guiana e Venezuela		
Jacamin	uapixana	207
Bom Jesus	macuxi/uapixana	31
Jabotí	macuxi/uapixana	78
Recanto da Saudade	macuxi/uapixana	175
Canau-anin	uapixana	230
Malacaxeta	uapixana	280
Taba Lascada	uapixana	210
Manuá Pium	uapixana	500
Truaru	uapixana	116
Serra da Moça	uapixana	360
Barata Livramento	macuxi/uapixana	367
Ouro	macuxi	80
Pium	uapixana	158
Ponta da Serra	macuxi	165
Araçá	macuxi/uapixana	280
Raposa/Serra do Sol	macuxi/ingaricó	9.186
São Marcos	macuxi/uapixana	
	taurepang	904
Cajueiro	macuxi	85
Santa Inês	macuxi	126
Uai-Uai	uai-uai/carafaviana	172
Uaimiri-Atroari	uaimiri-atroari/piriutiti/tiriquiá	360
Nhumunda-Mapuera	hixcariana/caxuiana/uai-uai/catuena/	
	xeréu/mauaiana e carafaviana	1.094
Ilha Jacaré-Xipacá	sateré-mauê-nalniqui	desconhecido
Fronteira com a Venezuela		
Ananás	macuxi	90
Anta	uapixana	102
Aningal	macuxi	115
Boqueirão	macuxi/uapixana	412
Mangueira	macuxi	433
Sucuba	macuxi	120
Raimundão	macuxi/uapixana	554
Ianomani	ianomami/iecuana/earé	9.000
Fronteira com Colômbia e Venezuela		
Içana-Xié	canium/uarecana/baré	
Cubate	canium/curipaco/uanano/cubeu/	
	uarequena	
Içana-Aiarí	banium/curipaco/uanano/cubeu/desano	
Taracuá/Uaupés	tariano/tucano/piratapuia/uanano/	5.200 (nás três áreas)
	cubeu/desano/tuiuca/macu/arapaço/	1.106
	carapaná/coiuana	3.919
Iauareté	mesmos povos da área Taracuá	
Pari-Cachoeira	tucano/desano/tuiuca/macu/barasano/	
	baratucano/carapaná/meriti-tapuia	2.619
Fronteira Colômbia/Peru		
Tijuna Evaré I	ticuna	8.000
Tijuna Evaré II	ticuna	1.230
Santo Antônio	ticuna	202
Umariacu	ticuna	2.810
Bom Intento	ticuna	433
Porto Espiritual	ticuna	146
Lauro Sodré	ticuna	323
Ticuna de Feijoal	ticuna	905
São I... ido	ticuna	377

Fonte: Cimi

— A construção das instalações para os Pelotões Especiais de Fronteira a serem implantados, deverá ser provisória, em estrutura de madeira pré-fabricada, de modo a permitir a presença militar na área a curto prazo.

— A construção, ampliação e/ou melhoramentos dos quartéis de São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Boa Vista, Macapá, Clevelândia do Norte, Ipiranga, Vila Bittencourt, Bonfim, Normândia, Paracaima (BV8), Cucuí e Iauaretê deverão seguir as padronizações das construções militares, considerando sempre o máximo de economia e simplicidade, coerente com a realidade econômica da Nação, bem como, a adequabilidade da edificação às características ambientais do local.

— A Engenharia Militar de Construção deverá ser estimulada a desenvolver e absorver tecnologias que aproveitem ao máximo os recursos locais, minimizando os altos custos de transporte.

4.2.3.3 - Ministério da Aeronáutica

O Ministério da Aeronáutica, em função das prioridades estabelecidas pelo Exército, executará os seguintes Projetos Especiais:

a) **Melhoria dos aeródromos em Maturacá-AM, Querari-AM, São Joaquim-AM, Cucuí-AM e Iauaretê-AM;**

b) **Ampliação dos aeródromos em Tiriós-PA, Paracaima-BV-8 Roraima, Auarís-RR;**

c) **Construção de novos aeródromos em Surucucu-RR e Ericó-RR; e**

d) **Implantação futura de bases na Região Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas.**

Em face da dificuldade de acesso, por via terrestre ou fluvial, às localidades acima citadas, será necessária a criação, pela Aeronáutica, de pontos centralizados de irradiação de apoio aéreo com a finalidade de transportar pessoal, material e equipamentos.

Em razão das condições climáticas da Amazônia, os recursos destinados à construção ou melhoria de aeródromos devem ser liberados no mês de agosto de cada ano, necessitando o Ministério da Aeronáutica de contar, na data do início de cada obra, com o mínimo de 50% dos recursos previstos.

Tendo em vista o tempo de vida útil e o desgaste, será necessária, posteriormente, a alocação de recursos financeiros para renovação dos meios aéreos que prestarem apoio ao Programa.

Com a previsão de implantação, a partir de 1989, de bases aéreas de irradiação de apoio aéreo na região, o Ministério da Aeronáutica estabelecerá, oportunamente, o cronograma físico-financeiro para os referidos projetos.

4.3 - **Projetos Especiais para Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes.**

4.3.1 - Objetivos

Resultados de negociações diplomáticas, o território nacional apresenta contorno definido com todos os vizinhos, no norte e no sul. Demarcar as fronteiras, prolongamento do trabalho diplomático, representa atribuição da maior importância e visa a proteger e a resguardar a soberania e a segurança nacionais.

A demarcação e a caracterização das fronteiras devem, porém, ser realizadas em bases bilaterais. Para isso, constituíram-se as Comissões Mistas, que atuam de forma continuada e permanente na inspeção, caracterização e reconstrução de marços fronteiriços.

No caso do Brasil, especificamente no que diz respeito à fronteira setentrional, a importante atribuição de velar pelos limites definidos em atos internacionais incumbe à Primeira Comissão Demarcadora de Limites, com sede em Belém. Essa unidade funcional, vinculada ao Itamaraty, é responsável pela inspeção unilateral das fronteiras, bem como, integrando as Comissões Mistas, pelas campanhas bilaterais de inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteiriços.

4.3.2 - Justificativas

Atividade de capital relevância política que exige de uma parte recursos financeiros mínimos e, de outra parte, enormes sacrifícios e dedicação das equipes da Primeira Comissão Demarcadora de Limites. As campanhas de demarcação realizam-se conjuntamente com os países limítrofes e o objetivo será dotar as equipes brasileiras com os equipamentos e recursos que permitam acompanhar o ritmo de trabalho acordado com as nações vizinhas. Convém destacar, sob esse aspecto, que os Pelotões de Fronteira, através de convênios, poderão apoiar, efetivamente, as equipes da 1ª CDL/MRE.

Para essas atividades, as Comissões Demarcadoras recebem recursos, que custeiam também a manutenção de suas sedes e subsedes. Ocorre que, conforme levantamento feito no Itamaraty, as dotações específicas sofreram, a partir de 1975, uma perda de valor real de cerca de 90%. A carência de recursos ficou ainda mais agravada, mercê das dificuldades que o País atravessa, pelas medidas de contenção de gastos a todos imposta.

Como conseqüência desse estado de coisas, as atividades sofreriam uma redução, pois os trabalhos, a que estamos obrigados por força de acordos internacionais, passariam a ser procrastinados, ou conduzidos de forma limitada. Não poderíamos aceitar as tarefas próprias das demarcações sem condições de repartir suas despesas. Os custos políticos derivados dessa escassez de recursos, porém, parecem inegáveis.

4.3.3 - Situação Atual e Ações Propostas

Considerando o universo da preocupação do Grupo de Trabalho, ou seja, a região ao norte das calhas do Solimões e do Amazonas, alinha-se, a seguir, a situação atual da fronteira com cada país limítrofe:

Colômbia

- Extensão da fronteira: 1.643 Km
- Tratado de limites assinados em 24/04/1907 e 15/11/1928.
- Demarcação definitiva: 1937
- Número de marcos: 80
- Faixa "non-aedificandi": No âmbito das Comissões Mistas, ficou acertado que se proporia a adoção de uma faixa de 30 metros de cada lado da linha.

Venezuela

- Extensão da fronteira: 2.199 Km
- Tratado de limite assinado em 05/05/1859
- Demarcação definitiva: 1973
- Número de marcos: 1409

Obs.: Cerca de 5/6 dos marcos construídos em toda a fronteira setentrional concentram-se na linha limítrofe com a Venezuela.

- Faixa "non-aedificandi" A Venezuela pretendia instituir uma faixa de largura variável, conforme o trecho da fronteira estivesse na zona da mata, na zona rural ou na urbana; no âmbito da Comissão Mista, porém, e de maneira informal, já foi aceito o ponto-de-vista brasileiro que significa a adoção de uma faixa de largura única (provavelmente 30 metros).

Guiana

- Extensão da fronteira: 1.606 Km
- Tratado de limite assinado em 22/04/1926 (com a Coroa Britânica)
- Demarcação definitiva: 1939
- Número de marcos: 134
- Faixa "non-aedificandi": nada definido, pois as Comissões Mistas não se reúnem desde 1939.

Suriname

- Extensão da fronteira: 593 Km
- Tratado de limites assinado em 05/05/1906 (com a Coroa Holandesa)
- Demarcação definitiva: 1938
- Número de marcos: 60
- Faixa "non-aedificandi": nada definido, pois as Comissões não se reúnem desde 1938.

Departaménto da Guiana (República Francesa)

- Extensão da fronteira: 730 Km
- Tratado de limites assinado em 11/04/1713 (Ultrecht)
- Fronteira lateral marítima assinado em 1981
- Demarcação definitiva: em 1962
- Número de marcos: 07
- Faixa "non-aedificandi": nada definido.

Ressalta-se que, em toda a faixa fronteiriça do trecho observado, há o mais cordial entendimento entre os membros das Comissões Mistas, correndo os trabalhos em clima de perfeita colaboração. Antecipando-nos, porém, a eventuais problemas que possam surgir, caberia então imprimir uma ação mais dinâmica nas demarcações, adensando os marcos, definindo a faixa "non-aedificandi".

4.3.4 - Recursos Previstos

Com vistas a garantir eficiência no desempenho das atribuições próprias da 1ª Comissão Demarcadora de Limites seriam necessários recursos da ordem de Cr$ 2 bilhões, a preços de out. 85.

Os recursos ora indicados atendem às necessidades de custeios e investimentos para o Projeto Especial relativo à intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes na área em questão.

Não se deve excluir, de todo, a possibilidade de ser necessário apresentar solicitação adicional de recursos, para atender a eventual proposta de trabalho sugerida por algum país limítrofe.

4.4. **Incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteiras**

4.4.1 - Objetivos

Fortalecer a estrutura operacional da FUNAI e promover estudos e demarcações de áreas indígenas, a fim de viabilizar e efetivar suas ações junto às comunidades indígenas na faixa de fronteiras.

4.4.2 - Justificativas

A atuação da FUNAI, no desempenho de sua política indigenista, deve fundamentar-se a partir de uma experiência de campo intensificada, através da presença permanente na área, sobretudo nas reservas que demandam tratamentos especiais, como a do Yanomami.

É importante notar que grande trecho da fronteira norte brasileira abriga inúmeros e dispersos grupos indígenas, tornando-se difícil qualquer atuação governamental na área sem a participação efetiva da FUNAI.

4.4.3 - Programação Proposta

Na faixa de fronteira, das seis subáreas selecionadas, as quatro primeiras, relacionadas abaixo, deverão ser consideradas prioritárias, tendo em vista a problemática indígena que nelas existem:

I - área Yanomami-AM e RR, fronteira com a Venezuela;

II - área de Roraima-RR, fronteira com a Venezuela e Guiana;

III - área do Alto Rio Negro-AM, conhecida como "Cabeça do Cachorro", fronteira com a Colômbia e Venezuela;

IV - área do Alto Solimões-AM, fronteira com a Colômbia;

V - área do Amapá-AP, fronteira com a Guiana Francesa; e

VI - área de Tumucumaque-PA, fronteira com o Suriname.

Tendo presente a necessidade de reformular a estrutura organizacional da FUNAI, a programação que se segue busca adequação com o princípio básico de fortalecimento dos postos indígenas e dá ênfase à criação de unidades descentralizadas (administrações regionais).

De outra parte, o programa prevê, para todas as áreas, recursos financeiros destinados a estudos para delimitação e demarcação de áreas indígenas, segundo as prioridades definidas pelo Governo Federal, bem assim recursos para apoio a Projetos de Desenvolvimento Comunitário e Incentivo ao Artesanato, como forma de beneficiar diretamente as populações indígenas nos campos da agricultura, extrativismo, pesca, e recuperação das culturas (artesanato).

a) **Áreas Yanomami-AM/PR e Roraima-PR:** Essas duas áreas estão sob a jurisdição da 10ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede em Boa Vista-RR.

Nessas duas áreas existe uma população aproximada de 22.500 índios, sendo cerca de 7.500 do grupo Yanomami que habitam a região noroeste do Território Federal de Roraima e parte da faixa norte do Estado do Amazonas até as proximidades do meridiano 66° WGr, e 15.000 de diversos grupos indígenas que habitam a faixa nordeste do referido Território Federal.

Atualmente a estrutura operacional da FUNAI existente na área está operando com grande dificuldade e se resume na Delegacia Regional, sediada em Boa Vista/PR, nos Postos Indígenas de Demini, Ajarani, Ericó, Waikás, Mucajaí e Apiaú, no Posto Indígena de Atração de Paapiu e na Frente de atração Surucucu.

A ação da FUNAI é ainda mais dificultada visto que os rios dessa região apresentam-se cheios de corredeiras e muitas vezes encachoeirados, dificultando a navegação, principalmente nas épocas de "rio baixo", quando esta se torna então impraticável. Daí a necessidade de contar-se com aeronaves para os deslocamentos.

Diante do exposto, deverão ser efetivadas as seguintes ações:

— contratação de 30 servidores;

— construção do posto indígena de Paapiu;

— reforma dos postos indígenas de Ajarani, Deminí, Ericó, Waikás, Mucajaí e Apiaú;

— manutenção dos postos indígenas de Paapiu, Ajarani, Deminí, Ericó, Waikás, Mucajaí, Apiaú, Serra do Sol, Boca da Mata e Raposo;

— manutenção da frente de atração Surucucu;

— construção de campos de pouso com 800m de pista em Paapiu, Ericó, Waikás, Mucajaí e Apiaú;

— estudos, delimitação e demarcação de áreas indígenas; e

— projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.

b) **Área do Alto Rio Negro-AM:** Na área do Alto Rio negro habita uma população de aproximadamente 16.000 índios de várias etnias dispersos numa área que se inicia desde o rio Japurá, nas proximidades da Vila Bittencourt, na fronteira Brasil/Colômbia, estendendo-se até o rio Cauaboris, na fronteira Brasil/Venezuela.

Atualmente, a presença da FUNAI nessa região está reduzida à Ajudância do Alto Rio Negro, com sede em São Gabriel da Cachoeira-AM, subordinada administrativamente à 1ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede em Manaus-AM, possuindo, presentemente, 15 servidores, além dos Postos Indígenas de Iauaretê e Cauaboris operados com 4 e 12 servidores, respectivamente.

O Ministério da Aeronáutica já construiu campos de pouso em várias localidades dessa região, com o objetivo de proteger o Território Nacional e apoiar a aviação comercial e privada na região, o que tem criado perspectivas de uma assistência mais efetiva àquelas comunidades indígenas, o que até o momento não foi possível, dada as restrições impostas pelo orçamento da FUNAI.

Com o objetivo de promover uma assistência permanente e mais efetiva às comunidades indígenas da região e zelar pela integridade do Território Nacional, faz-se necessário a criação e instalação de novos Postos Indígenas.

A implantação dessa infra-estrutura requererá, necessariamente, o estudo e o redimensionamento da unidade descentralizada de São Gabriel da Cachoeira-AM, tendo em vista que a estrutura ora existente não terá condições capazes de prestar apoio logístico suficiente para atender a nova realidade.

Para efetivação dos Projetos na área do Alto Rio Negro, a FUNAI terá que desenvolver as seguintes ações:

— ampliação de seu quadro de pessoal com a contratação de 84 servidores;

— construção dos postos indígenas de **Querari, Apú-Cachoeira, Stº Atanázio, Inamuim, Tumuí-Cachoeira, Melo Franco, Makú, Maturacá e Maiá;**

— apoio ao pelotão especial de fronteira de Cucuí;

— reforma do posto indígena de São Joaquim;

— reforma e manutenção da sede da unidade descentralizada de São Gabriel da Cachoeira-AM, devido à adequação da nova estrutura organizacional a ser implantada;

— manutenção dos 10 postos indígenas acima citados (9 construídos e um reformado);

— manutenção da Casa do Índio em São Gabriel da Cachoeira-AM;

— construção de campos de pouso com 800m de pista em Tunuí-Cachoeira, Melo Franco e Makú;

— estudos, delimitação e demarcação de áreas indígenas; e

— projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.

c) **Área do Alto Solimões:** Na área do Alto Solimões, situada no Estado do Amazonas, na fronteira com a Colômbia, a FUNAI vem assistindo precariamente, uma população indígena estimada em 15.500 índios.

A Ajudância do Alto Solimões, com sede na cidade de Atalaia do Norte-AM está subordinada, administrativamente, à 1ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede na cidade de Manaus-AM. Nesta Ajudância, além dos 5 postos indígenas existentes na região do rio Javari (os quais estão fora da área-programa), encontram-se mais 7 postos indígenas na região do Alto Solimões, os quais estão funcionando em condições precárias, tendo em vista que o efeito de pessoal é, em média, de apenas 3 servidores por posto indígena, quando, na realidade, esta média deveria ser duplicada, principalmente ao se considerar que a média da população está em torno de 2.000 índios por posto indígena.

Face às dificuldades próprias da Região Amazônica e a dimensão da área de jurisdição da 1ª Delegacia Regional da FUNAI, situada na cidade de Manaus-AM, considera-se humanamente impossível à 1ª DR da FUNAI prestar a assistência desejada.

Para a implementação dos Projetos na Área do Alto Solimões, a FUNAI terá que desenvolver as seguintes ações:

— fortalecimento de seu quadro de pessoal, com a contratação de 42 novos ser-

➡

Acervo O LIBERAL

O LIBERAL DOCUMENTO

A primeira previsão de custos

vidores;
— apoio ao pelotão especial de fronteira em Ipiranga e Vila Bittencourt;
— reforma e manutenção dos postos indígenas de Umariaçu, Belém do Solimões, Vendaval, Santo Antonio II, Campo Alegre, Betânia e Uati-Paraná;
— aquisição de equipamentos e materiais permanentes para garantir o funcionamento dos postos Indígenas;
— estudos, delimitação e demarcação de áreas indígenas; e
— projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.

d) Áreas do Amapá-AP e Tumucumaque-PA: As áreas do Amapá e Tumucumaque-PA estão sob a jurisdição da 2ª DR da FUNAI, com sede na cidade de Belém-PA.

A infra-estrutura da FUNAI existente nessas duas áreas selecionadas consiste de 1 Ajudância, 5 postos indígenas e 1 parque indígena.

Todo esse aparato administrativo está sendo conduzido por 38 servidores, em condições precárias de trabalho, uma vez que a infra-estrutura existente carece de ampliação e de reformas.

Considerando que a 2ª Delegacia Regional da FUNAI tem sob a sua jurisdição, além das estruturas dessas duas áreas específicas, mais 3 Ajudâncias e dezenas de postos indígenas espalhados no Estado do Pará e na parte norte do Estado de Mato Grosso, pode-se vislumbrar as grandes dificuldades enfrentadas por essa Delegacia, tendo em vista as distâncias existentes entre a sede em Belém e as suas subunidades operacionais.

Considerando-se ainda que, nas duas áreas selecionadas, a Ajudância do Oiapoque atende uma população indígena de aproximadamente 3.500 índios e que o apoio logístico é prestado a partir da cidade de Belém-PA, fato que concorre para o aumento dos custos operacionais da instituição.

Lembrando que a FUNAI vem pondo em prática uma política de descentralização administrativa, com objetivo de reduzir seus custos operacionais, faz-se imperativo e necessário a criação de uma unidade descentralizada da FUNAI, com sede na cidade de Macapá-AP, bem como o fortalecimento de alguns postos indígenas.

Diante das constatações apresentadas, propõe-se para a efetivação dos Projetos nas áreas do Amapá-AP e Tumucumaque-PA, que a FUNAI desenvolva as seguintes ações:
— fortalecimento de seu quadro de pessoal, com a contratação de 40 servidores;
— construção e manutenção da sede da unidade descentralizada de Macapá-AP;
— apoio ao pelotão especial de fronteira em Clevelândia do Norte;
— construção e manutenção da Casa do Índio, em Macapá-AP;
— reforma e ampliação dos postos indígenas de Uaçá, Palikur, Amapary e Tumucumaque;
— melhoria e ampliação dos campos de pouso de Cumarumã, Palikur e Amapary;
— manutenção dos postos indígenas de Uaçá, Galiby, Cumarumã, Palikur, Amapary e Tumucumaque e Waiapi.
— aquisição de equipamentos e materiais permanentes para todas as unidades administrativas/executivas propostas.
— estudos, delimitação e demarcação de áreas indígenas; e
— projetos de desenvolvimento comunitário e incentivo ao artesanato.

4.4.4 - Recursos Previstos

Para a execução da programação proposta para o período 1986-1990, será indispensável que sejam colocados à disposição da FUNAI, recursos financeiros da ordem de Cz$ 119.130 milhões.

É importante esclarecer que, tendo em vista o início dos Projetos Especiais "Calha Norte" em 1986, e considerando que esse exercício será praticamente para instalação e organização da infra-estrutura básica operacional dos referidos Projetos, principalmente com relação às ações de apoio às comunidades indígenas, faz-se necessário a garantia e o destaque dos recursos financeiros no montante de Cz$ 33.910 milhões.

5. IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS

5.1 - Medidas Administrativas

Caberá a cada Ministério, diretamente responsável pelos Projetos Especiais, adotar as medidas administrativas necessárias à perfeita implementação dos projetos e ao atingimento de seus objetivos maiores.

5.2 - Destinação dos Recursos

5.2.1 - Ministério da Marinha

Os recursos previstos pelo Ministério da Marinha deverão ser destacados ao próprio Ministério (Secretaria-Geral da Marinha), com destino à Diretoria-Geral de Material da Marinha (Órgão Supervisor dos Projetos), cabendo à Diretoria de Engenharia da Marinha (DEM) e Diretoria de Obras Civis da Marinha (DOCM) a execução dos Projetos Especiais NaPaFlu e Ampliação das Bases, respectivamente.

5.2.2 - Ministério da Aeronáutica

Os recursos previstos pelo Ministério da Aeronáutica deverão ser destacados ao próprio Ministério, com destino à Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, cabendo à Comissão de Aeroportos da Amazônia (Comara) a execução dos Projetos Especiais.

5.2.3 - Ministério do Exército

Os recursos previstos para o Ministério do Exército deverão ser destacados ao próprio Ministério com destino inicial à Secretaria de Economia e Finanças, cabendo aos Órgãos de Direção Setorial interessados a execução descentralizada dos Projetos Especiais; da Calha Norte, sob a orientação e coordenação do Estado-Maior do Exército.

5.2.4 - Ministério das Relações Exteriores.

Os recursos previstos pelo Ministério das Relações Exteriores deverão ser destacados ao próprio Ministério, com destino à Secretaria-Geral para a execução dos Projetos Especiais relativos ao Incremento das Relações Bilaterais, cabendo à 1ª. Comissão Demarcadora de Limites a execução dos Projetos Especiais referentes às campanhas de recuperação dos marcos limítrofes.

5.2.5 - Ministério do Interior

Os recursos previstos pelo Ministério do Interior deverão ser destacados ao próprio Ministério, com destino à Secretaria de Programação e Instrumentos Financeiros, cabendo à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a execução dos Projetos Especiais.

6. AÇÕES SUBSEQÜENTES NA REGIÃO AO NORTE DAS CALHAS DOS RIOS SOLIMÕES E AMAZONAS

Os programas de desenvolvimento da Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas, que envolve uma área de cerca de 14% do Território Nacional e 24% da Amazônia Legal, deverão beneficiar os Territórios Federais do Amapá e Roraima e parte dos Estados do Pará e Amazonas, além de uma extensa faixa de fronteira com cerca de 6.500 Km.

As ações de curto, médio e longo prazo, a serem detalhadas pelos programas, deverão considerar as diferenciações sub-regionais existentes, a exemplo da extensa faixa de fronteira, do núcleo interiorano de terras firmes e das zonas ribeirinhas existentes.

Tais sub-regiões ou zonas poderão se constituir em sub-programas específicos dentro da ótica dos objetivos e diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA e em consonância com as recomendações contidas no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR).

Desse modo, será conveniente considerar os objetivos e diretrizes dos programas atrelados às premissas básicas estabelecidas para a Amazônia ou seja:
— utilizar seus recursos naturais obedecendo, simultaneamente, três requisitos essenciais: que seu uso seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto;
— reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônicas, como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas;
— elevar o nível e a qualidade de vida da população através da expansão do emprego produtivo, do acesso aos bens e serviços produtivos e das formas de participação social e;
— interiorizar e internalizar o desenvolvimento, de forma a reduzir as desigualdades funcionais, espaciais e setoriais.

Esses objetivos serão promovidos através das seguintes diretrizes gerais:
— definir a política de ocupação da Amazônia e de uso dos seus recursos naturais com disciplinamento das atividades econômicas, através de zoneamento territorial que compatibilize os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ecológicos;
— intensificar a programação de ciência e tecnologia, reforçando-se a necessidade de que seja estabelecida ampla coordenação de todos os órgãos e segmentos de pesquisa em desenvolvimento na Amazônia, de forma a atrelar efetivamente a pesquisa à ação planejadora e à sustentação do processo de ocupação regional e garantir-se o atendimento à demanda de conhecimentos originada da região;
— promover a implantação de atividades econômicas voltadas para a ampliação dos mercados interno e externo, através do racional aproveitamento dos recursos regionais, tais como os florestais, minerais, hídricos (uso múltiplo: navegação fluvial, potencial energético, etc.), pesqueiros, várzeas, etc.;
— promover a implantação de projetos que, pela sua significação econômica e social, venham a contribuir para a geração de maior valor agregado na região;
— promover a implantação de projetos que considerem a importância dos rios e vales amazônicos, das populações ribeirinhas e daquelas isoladas nas áreas de fronteiras, no processo de desenvolvimento regional;
— valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-las progressiva e harmonicamente à comunhão nacional, estendendo-lhes a proteção das leis pátrias, em igualdade de condições com todos os brasileiros, bem como assegurando-lhes os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de suas terras.
— estimular a definição de política de desenvolvimento urbano que estabeleça hierarquia entre os diversos segmentos de programação, adotando-se destinação de recursos que implique em ruralização da infra-estrutura social e demais equipamentos urbanos, particularmente em pequenos núcleos populacionais, cujas carências são decorrentes de demandas geradas pela sustentação das atividades produtivas rurais.

Para a promoção dessas diretrizes e consecução dos objetivos propostos, além das ações dos Programas, serão utilizados os seguintes instrumentos:
— integração das ações governamentais (federal, estadual e municipal) a fim de evitar superposições de atividades/projetos/programas, com vistas a determinar melhor nível de complementaridade;
— na "faixa de fronteira", além dos Projetos Especiais a serem agora desenvolvidos, os Programas deverão se apoiar no Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Situados nas Áreas de Fronteira, previsto no I PND-NR;
— Nas áreas dos Territórios Federais do Amapá e Roraima, tanto nas suas subáreas de faixa de fronteira, núcleo interiorano, como ribeirinhas, os Programas poderão ter complementaridade do Polamazônia, Provárzeas, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Amazônia (proposto no I PND-NR), FINAM, FISET - TURISMO, além das ações integradas com os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica, principalmente ao apoio e segurança do transporte aéreo e fluvial;
— nas áreas do núcleo interiorano, os Programas deverão integrar suas ações às do grupo Executivo do Baixo Amazonas-GEBAM, ao POLAMAZÔNIA nos pólos Médio Amazonas e Trombetas; ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Amazônia (previsto no I PND-NR), aos incentivos fiscais do FINAM, apoiado na iniciativa privada, além do apoio do Ministério do Exército relativo à consolidação do sistema viário de penetração, através dos Batalhões de Engenharia e Construção, bem como do Ministério da Aeronáutica, através do 1º e 7º COMAR, com relação ao apoio, segurança e integração aérea regional;
— nas "áreas ribeirinhas", os Programas deverão objetivar o aproveitamento das várzeas, principalmente, aquelas dos rios de água branca (barrenta), através do Provárzeas; o aproveitamento dos recursos pesqueiros, através da integração da infra-estrutura de recepção já existente e sua melhoria e ampliação, além de sua complementaridade através do Propesca, Pescart e do próprio FISET — Pesca, administrado pela Sudepe. Ainda, nas áreas ribeirinhas, os Programas deverão se associar às ações do Ministério da Marinha, especialmente quanto ao apoio, treinamento e segurança da navegação fluvial regional.

São essas as bases que deverão nortear a formulação e ajustamento dos Programas relativos a "Calha Norte" ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA.

MINISTÉRIO DO INTERIOR — Recursos Previstos para o Projeto Especial de Estruturação Regional da Funai na Faixa de Fronteira
(ORTN e Preços de Out. 85)

DE ATUAÇÃO/AÇÕES DESENVOLVIDAS	1986		1987		1988		1989		1990		TOTAL	
	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN
Áreas Yanomami-AM, RR e RORAIMA-RR	13.670	234.476	2.630	45.111	2.630	45.111	2.630	45.111	2.630	45.111	24.190	414.930
Ampliação do quadro de pessoal	1.470		1.470		1.470		1.470		1.470		7.350	
Construção de 01 posto indígena	100		—		—		—		—		100	
Reforma de 06 postos indígenas	300		—		—		—		—		300	
Manutenção de 10 postos indígenas	920		920		920		920		920		4.600	
Manutenção de 01 frente de atração	240		240		240		240		240		1.200	
Construção de 05 campos de pouso	10.640		—		—		—		—		10.640	
ORLA DO ALTO RIO NEGRO-AM	5.700	97.770	9.210	157.975	4.640	79.588	4.640	79.588	4.640	79.588	28.830	494.509
Ampliação do quadro de pessoal	2.600		2.600		2.600		2.600		2.600		13.000	
Construção de 09 postos indígenas	900		—		—		—		—		900	
Reforma de 01 posto indígena	60		—		—		—		—		60	
Reforma da sede da UD	100		—		—		—		—		100	
Manutenção da UD	600		600		600		600		600		3.000	
Manutenção de 10 postos indígenas	1.200		1.200		1.200		1.200		1.200		6.000	
Manutenção da Casa do Índio	240		240		240		240		240		1.200	
Construção de 03 campos de pouso	—		4.570		—		—		—		4.570	
ÁREA DO ALTO SOLIMÕES-AM	2.665	45.712	2.245	38.508	2.245	38.508	2.245	38.508	2.245	38.508	11.645	199.744
Ampliação do quadro de pessoal	1.265		1.265		1.265		1.265		1.265		6.325	
Reforma de 07 postos indígenas	420		—		—		—		—		420	
Manutenção de 07 postos indígenas	880		880		880		880		880		4.400	
Aquisição de equipamentos e materiais permanente para os postos indígenas	100		100		100		100		100		500	
ÁREAS DO AMAPÁ-AP E TUMUCUMAQUE-PA	5.900	101.200	11.230	192.624	3.400	58.319	3.400	58.319	3.400	58.319	27.330	468.751
Ampliação do quadro de pessoal	1.500		1.500		1.500		1.500		1.500		7.500	
Construção da sede da UD	1.000		—		—		—		—		1.000	
Construção da Casa do Índio	500		—		—		—		—		500	
Reforma e ampliações de 04 postos indígenas	200		—		—		—		—		200	
Melhoria e ampliações de 03 campos de pouso	—		7.730		—		—		—		7.730	
Manutenção da UD	600		600		600		600		600		3.000	
Manutenção da Casa do Índio	360		360		360		360		360		1.800	
Manutenção de 07 postos indígenas	840		840		840		840		840		4.200	
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a UD	900		200		100		100		100		1.400	
Divisas, Delimitação e Demarcação de Áreas Indiginas	2.915	50.000	2.915	50.00	2.915	50.000	2.915	50.000	2.915	50.000	14.575	250.000
Projetos de Desenvolvimento Comunitário e Incentivo do Artesanato	1.500	25.729	1.500	25.729	1.500	25.729	1.500	25.729	1.500	25.729	7.500	126.645
Administração e Acompanhamento	1.560	76.758	1.340	77.984	720	77.349	720	13.349	730	12.349	5.060	86.787
TOTAL	33.910	581.645	31.070	532.931	18.050	309.604	18.050	309.604	18.050	309.604	119.130	2.043.388

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — Recursos Previstos para os Projetos Especiais de Aumento da Presença Militar na Área
(ORTN e Preços de Out. 85)

PROJETO		1986		1987		1988		1989		1990		TOTAL	
		Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN
	1	39.117	—	31.540	—	—	—	—	—	—	—	70.657	—
	2	3.113	—	5.050	—	—	—	—	—	—	—	8.163	—
Rio Negro	3	11.229	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11.229	—
	4	—	—	49.684	—	—	—	—	—	—	—	49.684	—
	5	53.459	916.961	86.274	1.479.823	—	—	—	—	—	—	139.733	2.396.784
	1	11.311	—	18.365	—	23.823	—	—	—	—	—	53.499	—
	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jima/Yanomami	3	—	—	1.401	—	3.491	—	—	—	1.091	—	5.983	—
	4	—	—	23.915	—	—	—	—	—	—	—	23.915	—
	5	11.311	194.013	43.681	749.243	27.314	468.506	—	—	1.091	18.713	83.397	1.430.475
	1	—	—	—	—	9.000	—	—	—	—	—	9.000	—
	2	—	—	—	—	—	—	1.309	—	—	—	1.309	—
Tumucumaque	3	—	—	—	—	2.335	—	—	—	—	—	2.335	—
	4	—	—	—	—	—	—	6.241	—	—	—	6.241	—
	5	—	—	—	—	11.335	194.425	7.550	129.503	—	—	18.885	323.928
	1	—	—	—	—	—	—	—	—	7.508	—	7.508	—
	2	5.139	—	3.377	—	—	—	—	—	—	—	8.516	—
Apá/Alto Solimões	3	—	—	—	—	2.182	—	—	—	1.244	—	3.426	—
	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	5	5.139	88.147	3.377	57.924	2.182	37.427	—	—	8.752	150.120	19.430	333
	6	7.640	—	—	—	1.091	—	1.091	—	—	—	9.822	—
	7	—	—	2.399	—	—	—	—	—	436	—	2.835	—
Convênios	8	8.000	—	8.800	—	—	—	—	—	—	—	16.800	—
	5	15.640	268.267	11.199	192.092	1.091	18.713	1.091	18.713	436	7.479	29.457	505.264
	1	50.428	—	49.905	—	32.823	—	—	—	7.508	—	140.664	—
	2	8.252	—	8.427	—	—	—	1.309	—	—	—	17.988	—
	3	11.229	—	1.401	—	8.008	—	—	—	2.335	—	22.973	—
	4	—	—	73.599	—	—	—	6.241	—	—	—	79.640	—
Cala	6	7.640	—	—	—	1.091	—	1.091	—	—	—	9.822	—
	7	—	—	2.399	—	—	—	—	—	436	—	2.835	—
	8	8.000	—	8.800	—	—	—	—	—	—	—	16.800	—
	5	85.549	1.467.388	144.531	2.479.082	41.922	719.071	8.641	148.216	10.279	176.312	290.922	4.990.069

Citações
1 - Construção, ampliação e melhoramento de quartéis, incluindo urbanização e saneamento básico.
2 - Aquisição de embarcações fluviais para fins administrativos.
3 - Implantação e ampliação de recursos sociais básicos - educação, saúde e lazer.
4 - Equipamentos de dotação orgânica às Organizações Militares - AUI, AM, INT, SAU, ENG, COM, QG, TEL. uso corrente...
5 - Somas parciais.
6 - Convênio do Ministério do Exército com a Eletronorte/LUME - Eletrificação Rural.
7 - Convênio do Ministério do Exército com o Dentel/M com - retransmissão de TV.
8 - Convênio do Ministério do Exército com o MT (Conclusão BR-307 - S. Gabriel da Cachoeira-Cucui - 14 Km).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — Recursos Previstos para os Projetos Especiais de Incremento das Relações Bilaterais
(ORTN e Preços de Out. 85)

PROJETO	1986		1987		1988		TOTAL	
	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN
— Secretaria pró-tempore	4.000	68.610	4.000	68.610	—	—	8.000	137.220
— Cooperação técnica (sistema DCT/SUBIN)	480	8.233	480	8.233	480	8.233	1.440	24.699
— Ampliação e melhoria das rede consular de fronteira	711	12.195	640	10.978	560	9.605	1.911	32.778
TOTAL	5.191	89.038	5.120	87.821	1.040	17.838	11.351	194.697

Observação: Parte dos recursos serão dispendidos no Exterior na forma de divisas.

MINISTÉRIO DA MARINHA — Recursos Previstos para os Projetos Especiais de Incremento da Presença Miliatar na Área
(ORTN e Preços de Out. 85)

PROJETO ESPECIAL	1986		1987		TOTAL	
	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN
— Estação Naval do Rio Negro/Manaus-AM	7.574	129.903	—	—	7.574	129.903
— Base Naval de Val-de-Cães/Belém-PA	31.100	533.446	—	—	31.100	533.446
— Navio-Patrulha Fluvial	37.440	642.193	58.240	998.968	95.680	1.641.161
TOTAL	76.114	1.305.542	58.240	998.968	134.354	2.304.510

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
— Recursos Previstos para o Projeto Especial de Recuperação e Adensamento de Marcos Limítrofes.
(ORTN e Preços de Out 85)

PROJETO	1986		1987		1988		TOTAL	
	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN	Cr$ Milhão	ORTN
de Recuperação e Adensamento os Limítrofes	720	12.350	640	10.978	640	10.978	2.000	34.306
TOTAL	720	12.350	640	10.978	640	10.978	2.000	34.306

Observação: Parte dos recursos serão dispendidos no Exteriores na forma de divisas.